



DOMINGUES DE AZEVEDO, BASTONÁRIO DA OTOC, LAMENTA

Reforma do IRS vai no sentido da “desumanização”

Domingues de Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), tem uma visão bastante crítica da reforma do IRS apresentada recentemente ao Governo. Considera que não é uma reforma efetiva, estão em causa meramente alterações pontuais, com a agravante que vai “agudizar ainda mais a crescente desumanização deste imposto”, referiu durante um seminário promovido pela Ordem na cidade do Porto.

O bastonário não tem escondido que é um crítico desta reforma, sobretudo porque não se vai suficientemente longe e porque os contribuintes continuam a viver numa situação de austeridade constante. Na sua opinião, o IRS assenta em princípios e conceitos que não fazem qualquer sentido. “Temos usado indevidamente o termo reforma. O que temos são algumas alterações pontuais, com alguma contradição na filosofia existencial do próprio IRS, que é um imposto que, na orientação de 1989, procurava humanizar o ato de cobrar impostos. A filosofia que sustentava o IRS era ir ao encontro da situação concreta do cidadão, mas aquilo a que se tem assistido é a uma desumanização, em que se está a regredir de forma perigosamente acentuada ao critério da retenção na fonte”, adiantou.

Acontece que não existe uma ideia clara do que se pretende fazer deste imposto. Isto é, o IRS tem de incidir sobre uma realidade concreta e não pode continuar a partir de pressupostos de base muito duvidosos. Refere o bastonário da OTOC a este propósito: “Ao eliminar, a partir de determinados escalões, a possibilidade de deduções, passa a tributar-se fantasmas e não realidades. O critério balizador para o pagamento dos impostos passa a ser a retenção na fonte e não a vida concreta do agregado familiar com a sua realidade, os seus problemas e os seus incidentes, cujas despesas relacionadas não pode fazer refletir no IRS.”

Domingues de Azevedo está contra o facto da Autoridade Tributária passar a preencher as declarações de rendimentos dos contri-



Para Domingues de Azevedo continuam a fazer-se alterações pontuais e não há uma reforma de carácter estrutural.

buintes, como se propõe na referida reforma. É mais uma forma da AT se sobrepor aos interesses individuais dos contribuintes. “O fisco pode armazenar a informação, selecioná-la e canalizá-la para possibilitar aos contribuintes o conhecimento da sua situação tributária, mas preencher a declaração em nome do contribuinte é o mesmo que tornar o contribuinte prisioneiro de eventuais erros que a AT pratique.”

Um dos melhores impostos sobre o rendimento

O responsável da OTOC vai mais longe nas suas críticas e fala em contradições. Deu como exemplo o facto de uma mesma venda num regime simplificado ser tributada de forma diferente se o vendedor for uma sociedade ou de um empresário em nome individual. E merece igualmente críticas o regime

de deduções em função do agregado familiar. “Introduz o mecanismo da percentualidade em preterição de um valor universal, levando a que uma mesma realidade acabe por ter um valor diferente para quem tiver remunerações diferentes. Deveria tratar-se de um valor absoluto”, lamenta.

A sua posição relativamente ao IRS vai contra o politicamente correto ao afirmar: “Portugal tem um dos melhores impostos sobre o rendimento do mundo, porque faz o esforço de enquadrar as pessoas na sua realidade concreta, através das deduções. Quanto maior simplificação existir no sistema fiscal, maiores serão as injustiças.” Para o bastonário, a justiça fiscal consiste em ser-se capaz de atingir de uma forma igualitária os excedentes de uma vida normal de um agregado familiar. “Se não há mecanismos que possibilitem a determinação desse excedente, então a tributação recai sobre fantasmas.”